



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10680.012061/2008-27  
**Recurso nº** Voluntário  
**Resolução nº** 2801-000.298 – 1ª Turma Especial  
**Data** 16 de julho de 2014  
**Assunto** DILIGÊNCIA  
**Recorrente** SINVAL LINS SILVA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do Relator.

*Assinado digitalmente*

Tânia Mara Paschoalin - Presidente

*Assinado digitalmente*

José Valdemir da Silva - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Tânia Mara Paschoalin, Marcelo Vasconcelos de Almeida, José Valdemir da Silva, Mara Eugenia Buonanno Caramico, Carlos César Quadros Pierre e Márcio Henrique Sales Parada.

### **Relatório**

Trata-se de recurso voluntário apresentado contra decisão proferida pela 7a.Turma da DRJ/BHE.

Por bem descrever os fatos, reproduz-se abaixo o relatório da decisão recorrida:

*Trata-se de Notificação de Lançamento lavrada contra SINVAL LINS SILVA, CPF 456.369.586-68, fls. 09/13, originada da revisão dos dados informados na Declaração de Ajuste Anual do exercício 2005, ano calendário 2004, de fls. 19/21, com apuração de Imposto de Renda Pessoa Física Suplementar no valor de R\$ 3.850,00, acrescido de multa de ofício e juros legais.*

*De acordo com o relatório Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal, fls. 10/11, o contribuinte foi intimado a apresentar os comprovantes das despesas médicas relativa à profissional Maria Alice Nascentes Coelho. Com base no art. 73 do DEC. 3.000/99 e atualizações, foi solicitado a apresentação dos recibos e das microfilmagens dos cheques e/ou os extratos bancários, com a identificação do saque relativo a cada recibo, para comprovar o efetivo pagamento das despesas.*

*Foi citado o Acórdão CSRF/01 1.458/92 - DOU de 19/01/95 que dispõe: para se gozar do abatimento pleiteado com base em despesas médicas não basta a disponibilidade de simples recibos mas também a vinculação do efetivo pagamento com a prestação dos serviços.*

*Apesar do prazo concedido, o contribuinte não apresentou nenhum comprovante do efetivo pagamento das despesas médicas solicitadas. Foram apresentados apenas dez recibos no valor de R\$ 900,00 cada um, e dois no valor de R\$ 2.500,00 cada um, perfazendo um total de R\$ 14.000,00. Além da falta da efetiva comprovação, os recibos apresentados não atenderam as formalidades extrínsecas previstas no art. 80, parágrafo 10, inciso II do Regulamento do Imposto de Renda e por isso foram considerados imprestáveis como meios de prova. Os questionáveis recibos além de não identificarem os serviços prestados, não registravam o endereço de quem os recebeu e nem identificavam o registro profissional no Conselho respectivo.*

*Diante das impropriedades relatadas pela Fiscalização, em pesquisas nos sistemas da Secretaria da Receita Federal e do cruzamento de informações, constatou-se que a profissional Maria Alice Nascentes Coelho reside no mesmo endereço do contribuinte, na Rua Afonso XIII, 820 Ap. 1002 Gutierrez. E, ainda, que o rendimento de R\$ 14.000,00, foi o único declarado por ela no exercício 2005, dando a entender que, no ano calendário 2004, ela só prestou atendimento a este contribuinte, seu provável companheiro.*

*Concluiu a Fiscalização que a despesa médica de R\$ 14.000,00 referente a profissional identificada acima, não pode ser deduzida da base de cálculo do Imposto de Renda do SINVAL LINS SILVA, por falta de comprovação da sua efetiva realização.*

*O Contribuinte tomou ciência da Notificação de Lançamento, via postal, em 20.08.2008, conforme tela de comprovação de entrega Aviso de Recebimento — AR dos correios, fls. 16. A impugnação foi apresentada em 17.09.2008, conforme instrumento e anexos de fls. 01/07 e, nos termos do despacho de fls. 22, a impugnação é tempestiva.*

*O Impugnante diz que é risível a desconsideração dos recibos feito pela Fiscalização ao argumento de que os mesmos não indicam os serviços prestados, nem tampouco o endereço de quem os recebeu, pois a própria Fiscalização indicou, com precisão, o endereço residencial de quem prestou os serviços médicos, sanando assim, eventual falha.*

*Não é possível verificar no dispositivo legal citado, inciso II do §1º do art. 80 do RIR199, as formalidades extrínsecas indicadas pela Fiscalização que não foram observadas, com a simples reprodução do dispositivo legal.*

*Conforme Constituição Federal, inciso II, do art. 5º, ninguém seja obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa sendo em virtude de lei. A legislação em vigor não dispõe que todo recibo ou comprovante de despesa médica deve ser provido dessa ou daquela informação ou requisito. Entende o Impugnante que, em se tratando de recibo ou comprovante de pagamento de despesa médica, a declaração contida no próprio instrumento é o bastante para comprovar a despesa, o que foi plenamente atendido. Também, não há exagero em relação aos rendimentos declarados.*

*Se o art. 73 do RIR/99 estabelece que as deduções estão sujeitas comprovação ou justificação, a autoridade fiscal não tem o direito absoluto e a competência profissional para desconsiderar os documentos apresentados pelo contribuinte ao seu alvedrio.*

*Para que os recibos de despesas médicas possam ser desconsiderados, deve-se levar em conta a efetiva prestação dos serviços correspondentes, aspecto sequer suscitado pela Fiscalização.*

*A quitação, bem como suas formas e requisitos constam do art. 320 do Código Civil Brasileiro e o Impugnante evidenciou prover os pagamentos informados.*

*Requer seja a impugnação processada e julgada totalmente procedente e afastando a exigência fiscal, como demonstrado, não há razão para a desconsideração das despesas médicas que foram efetivamente comprovadas.*

A impugnação apresentada foi julgada improcedente, conforme acórdão de (fls.26/31-numeração digital), assim ementado a seguir

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF  
Exercício: 2005*

*O direito à dedução de despesas médicas e odontológicas está condicionado à comprovação da efetividade da prestação dos serviços e dos correspondentes pagamentos.*

*Cabe ao contribuinte, mediante apresentação de documentos hábeis e idôneos, o ônus probatório da regularidade das deduções pleiteadas em sua Declaração de Ajuste Anual.*

*Mantidas as glosas pelo não atendimento dos requisitos legais exigidos para acolhimento das deduções, bem como pela não comprovação da efetiva prestação dos serviços e do efetivo pagamento das despesas.*

*Impugnação Improcedente*

*Crédito Tributário Mantido*

Cientificado da decisão de 1<sup>a</sup> instância em 25.04.2011 (fl.35-numeração digital), o contribuinte apresentou recurso em 18.05.2011, às (fls.37/41-numeração digital). Em sua defesa reprimou os argumentos da impugnação

## **Voto**

Conselheiro José Valdemir da Silva, Relator

O recurso é tempestivo e atende às demais condições de admissibilidade, portanto merece ser conhecido.

A controvérsia cinge-se a glosa de despesa médica no valor de R\$ 14.000,00 da profissional Maria Alice Nascentes Coelho, por falta de comprovação, ou por falta de previsão legal para sua dedução, (fls.11/12).

Compulsando os autos, verifica-se que não encontra-se a intimação que solicitou ao contribuinte a comprovação da efetiva prestação dos serviços e dos pagamentos efetuados a profissionais da área de saúde.

Ante o exposto, com vistas a formar convicção acerca da lide, voto pela CONVERSÃO do julgamento em diligencia à unidade de origem para que se junte aos autos a intimação fiscal da comprovação do efetivo do pagamento das despesas médicas com a ciência do Contribuinte e apresentar o dossiê completo de fiscalização, especialmente os recibos de despesas médicas.

*Assinado digitalmente*

José Valdemir da Silva